Domingo, 08 de Novembro de 2026

PF acha documentos de Ramagem com recomendações para Bolsonaro atacar urnas

SEGUNDO JORNAL

Redação | Rufando Bombo News

Terra || Em depoimento concedido na semana passada à Polícia Federal (PF), o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) foi questionado sobre documentos encontrados em nuvem de seu e-mail, escritos por ele mesmo, com orientações ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Entre os textos, estavam recomendações sobre o ataque às urnas eletrônicas e relatos sobre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo O Globo.

O depoimento de Ramagem à PF faz parte da Operação Última Milha, que investiga o uso ilegal de sistemas da Abin para espionagem de autoridades públicas enquanto o ex-diretor esteve no comando da Agência.

De acordo com o jornal, Ramagem admitiu que escrevia textos para comunicar fatos de possível interesse de Bolsonaro, mas disse que não se lembrava se essas mensagens tinham sido passadas para frente.

Ainda conforme a publicação, uma das mensagens de Ramagem diz que é "impossível" auditar o código-fonte das urnas eletrônicas e traz uma estratégia para reforçar politicamente a "vulnerabilidade" delas. Além disso, o ex-diretor sugere que a "anulação de votos" não seja uma boa saída.

"O argumento na anulação de votos não teria esse alcance todo. Entendo que argumento de anulação de votos não seja uma boa linha de ataque às urnas. Na realidade, a urna já se encontra em total descrédito perante a população. Deve-se enaltecer essa questão já consolidada subjetivamente (...) A prova da vulnerabilidade já foi feita em 2018, antes das eleições. Resta somente trazê-la novamente e constantemente", escreveu.

Outra mensagem de Ramagem sugere que Bolsonaro tenha uma estratégia de enfrentamento. "Bom dia, presidente. O Sr. mais do que ninguém conhece o sistema e sabe que não houve apenas quebra de paradigma na sua eleição, mas ruptura com esquema dos poderes (...) nenhuma crise conseguiu enfraquecer sua base e não aparenta haver políticos à altura de vencê-lo em 2022. Portanto, parece que a batalha maior será agora, requerendo atitude belicosa com estratégia", diz.

Ramagem ainda cita que "armadilhas" estariam sendo colocadas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra Bolsonaro. "O inquérito do Celso de Mello possui relação com o inquérito das fake News do Alexandre de Moraes com intuito de fundamentarem o golpe no TSE".

Operação da PF
No último dia 11 de julho, a PF cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão em cinco Estados do País pela 4ª fase da Operação Última Milha. A ação fez parte de uma série de investigações da PF sobre uma organização criminosa que agia na espionagem ilegal de autoridades públicas e na produção de fake news

dentro da Abin -- o que ficou conhecida como 'Abin paralela' -- durante o governo de Bolsonaro.

As investigações têm mostrado que a organização era bem articulada. Segundo a PF, os criminosos chegaram a acessar computadores, celulares e a infraestrutura de telecomunicações da Abin para monitorar agentes públicos. Os alvos incluíam membros dos três poderes e até jornalistas.

Além do monitoramento ilegal, o grupo também criava perfis falsos para atacar autoridades e divulgar informações manipuladas, trabalho do grupo que recebeu alcunha de 'gabinete do ódio' dentro do governo Bolsonaro.

Na ocasião, foram cumpridos cinco mandados de prisão preventiva e sete mandados de busca e apreensão em Brasília, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e São Paulo.

Os nomes dos alvos da 4ª fase da operação foram confirmados ao colunista do Terra Guilherme Mazieiro. Um deles é Mateus de Carvalho Spósito, ex-assessor no Ministério das Comunicações no governo Bolsonaro.

Quem também aparece nas investigações é Giancarlo Gomes Rodrigues. No período em que o grupo criminoso atuava, o militar trabalhava como assessor do então diretor da Agência, Alexandre Ramagem. Richards Pozzer e Marcelo Araújo Bormevet também foram alvos de mandados.

Ao fim da operação, os investigados poderão responder por crimes como organização criminosa, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, interceptação clandestina de comunicações e invasão de dispositivo informático alheio.